DAVID AUTER TAVARES

**CONTEÚDO LOCAL - PERSPECTIVAS DA SOBERANIA E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO
CONTEXTO DO PRÉ-SAL**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Gilberto Bercovici

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2020

DAVID AUTER TAVARES

**CONTEÚDO LOCAL - PERSPECTIVAS DA SOBERANIA E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO
CONTEXTO DO PRÉ-SAL**

Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração de Direito Econômico e Financeiro, sob orientação do Professor Titular Gilberto Bercovici.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

TAVARES, David Auter

CONTEÚDO LOCAL - PERSPECTIVAS DA SOBERANIA E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO CONTEXTO DO
PRÉ-SAL ; David Auter TAVARES ; orientador Gilberto
Bercovici -- São Paulo, 2020.

185 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Direito Econômico, Financeiro e Tributário) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2020.

1. Conteúdo Local. 2. Política Industrial. 3.
Petróleo e Gás Natural. 4. Desenvolvimento Econômico.
5. Pré-Sal. I. Bercovici, Gilberto , orient. II.
Título.

Nome: TAVARES, David Auter

Título: Conteúdo Local - Perspectivas da Soberania e Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Contexto do Pré-Sal

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

“A luta contra a dependência começa em geral pela reivindicação do controle das
próprias fontes de recursos não renováveis.”

Celso Furtado

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita é árduo e, na maioria das vezes, solitário. O processo de pesquisa é coletivo. É fundamental, portanto, relembrar o apoio que temos pelo caminho, sem o qual certamente nada possível.

Primeiramente gostaria de agradecer às instituições públicas de ensino que permitiram que eu me desenvolvesse pessoal e profissionalmente, e que produzisse esta pesquisa: a **Universidade de São Paulo**, a **Faculdade de Direito do Largo de São Francisco**, a **Casa do Estudante do Largo de São Francisco**, e o **Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa – COLUNI-UFV**. São as instituições públicas que, historicamente, mais contribuem ao desenvolvimento do país e que fazem do Brasil um dos maiores produtores de conhecimento e ciência do mundo. O descabido e desproporcional descrédito dessas instituições só se justifica para interesses escusos. Cabe a nós, estudantes, professores, funcionários e sociedade defendê-las diariamente.

Gostaria de agradecer ao professor e amigo Gilberto Bercovici, que aceitou a proposta ousada e me permitiu desenvolver essa pesquisa. Suas obras são minha inspiração para produzir pesquisa séria e de qualidade.

Ao meu avô, de quem herdo o nome, que dedicou toda sua vida para que as pessoas ao seu redor se desenvolvessem. Ele me ensinou o potencial da indústria para transformação da sociedade (e economia). Certamente se deve a ele a escolha do meu tema.

Gostaria de agradecer também aos meus pais, Fred e Fran, que com o suor da agricultura familiar me permitiram chegar até aqui. Meus irmãos, Murilo Auter Tavares, Pompéia Auter Tavares e Paulo Auter Tavares, que sempre estiveram comigo, independente da distância geográfica, são como outros pais para mim.

A minha formação, embora toda em instituições públicas, dependeu também do suporte econômico de pessoas iluminadas, determinadas com a educação de qualidade e com espírito de solidariedade. Serei eternamente grato a Bernardo Tavares, Heloísa Tavares, Maria Pompéia Tavares e à Ana Maria Tavares, que me permitiram estudar no COLUNI-UFV, a Gilmar Auter, Janete Fraccini, Leandro Toledo Sales de Siqueira e Silva, Guilherme Siqueira de Carvalho, Weber Capozzi, Ana Carolina Capozzi e Áurea Auter, que me acolheram em suas casas para que eu estudasse na FD-USP. Agradeço também o apoio e paciência dos meus chefes, que permitiram que eu dedicasse, muitas vezes, mais

atenção à pesquisa que ao trabalho: Luiz Guilherme da Cunha Mello e Alessandro Octaviani.

O processo de pesquisa e escrita deste trabalho contou com a ajuda e revisão de grandes estudiosos e amigos, a quem atribuo os melhores epifanias aqui registradas, mas eximo de culpa por quaisquer erros ou deslizes, estes são todos meus. Neste sentido agradeço imensamente a ajuda de Gabriela de Souza Gomes Martins, sua sabedoria e paciência comigo foram fundamentais para que o trabalho acontecesse. Agradeço também as revisões e conversas de Leandro Toledo Sales de Siqueira e Silva, João Otávio Bacchi Gutinieki, Pedro Yukimitsu Ribeiro Tokuzumi, Anna Beatriz Savioli, Thamíris Evaristo Molitor e Lucas Barrios.

E aos amigos de papo e de pinga que me proveram o suporte emocional de toda a caminhada, mas também fazem a vida valer à pena: Teresa Bosco Ferreira (Tetê), Paula de Sá Teixeira (Paulaaa), Addas Oliveira, Gregório Luís Dalle Vedove Nosaki (Greg), José Cássio Jaber, Diego de Assis Gonçalves (Dididiego), Lucas Damasceno Pereira (Damasceno), Adline Pozzebon (Dli), Cecília Aureliano de Carvalho (Cissa), Pedro Yukimitsu Ribeiro Tokuzumi, Anna Beatriz Savioli e Thamíris Evaristo Molitor.

Por fim, não menos importante, gostaria de agradecer profundamente a revisão técnica e minuciosa, o companheirismo, a paciência e todo o amor de Thamíris Evaristo, que acompanhou todas as etapas desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação trata de política industrial conhecida como Conteúdo Local, ou Política de Conteúdo Local, que obriga empresas a comprarem bens e serviços produzidos no local ou país em que sua atividade é desenvolvida. A pesquisa buscou enquadrar o Conteúdo Local como espécie de Política Industrial, realizando uma breve revisão bibliográfica. Entre os elementos do Conteúdo Local destaca-se a necessidade da aprendizagem e da experiência na formação ou desenvolvimento de uma indústria, motivo pelo qual abordamos a teoria desenvolvida por Alice Amsden sobre a industrialização de países subdesenvolvidos. Após ser realizada a definição de Conteúdo Local, são listados casos internacionais, sendo descrita a conjuntura nacional e internacional em que a política que é aplicada. O caso do setor de Petróleo e Gás Natural é analisado em específico, para o qual descrevemos antes a atuação do BNDES e da Petrobrás, além da utilização de Conteúdo Local nas políticas de Compras Públicas. Analisamos então a aplicação do Conteúdo Local pela ANP a partir de 1997 até os dias atuais. A pesquisa tenta apontar que a política é uma importante ferramenta para industrialização, especialmente no contexto de país subdesenvolvido, e poderia ter se consolidado como importante motor de crescimento e desenvolvimento tecnológico no Brasil, que detém grande porção de recursos minerais, especialmente após a descoberta do Pré-Sal. Conclui-se que importantes resultados derivaram de sua aplicação, sendo que o ordenamento jurídico brasileiro autoriza e exige aplicação de políticas industriais nesse sentido. Por fim, o desmonte da política no setor de Petróleo e Gás Natural se deu de maneira precipitada.

Palavras Chave: Conteúdo Local, Política Industrial, Petróleo e Gás Natural, Desenvolvimento Econômico, Pré-Sal.

ABSTRACT

This dissertation investigates the industrial policy known as Local Content, or Local Content Policy, in which companies are required to contract local or national services and goods. The research sought to frame Local Content as a kind of Industrial Policy, conducting a brief bibliographic review. Among the elements of Local Content, manufacturing learning and experience stands out in the industrialization process, which is why we examine the theory developed by Alice Amsden about the industrialization of underdeveloped countries. After the definition of Local Content is set, international cases are listed and the national and international conjunctures in which the policy is applied is described. The case of the Brazilian Oil and Natural Gas sector is analyzed, for which we have previously discussed the activities of the Brazilian Development Bank (BNDES) and Petrobrás, as well the application of Local Content in Public Procurement policies. We then analyze the application of Local Content by the Brazilian National Agency for Petroleum, Natural Gas and Bio fuels (ANP) from 1997 to present. The research attempts to point out that the policy of Local Content is an important instrument to promote industrialization, especially in underdeveloped countries, and it could have consolidated itself as an important engine of growth and technological development in Brazil, because of the country's significant amount of hydrocarbons resources, especially after 'Pré-Sal' was discovered. The work concludes that important results were derived from the application of such policy, that the Brazilian legal system authorizes and requires the application of industrial policies in this sense, and that the dismantling of the Local Content policy in the Oil and Natural Gas sector occurred in a hasty manner.

Keywords: Local Content, Industrial Policy, Oil and Gas, Economic Development, Pré-Sal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. POLÍTICA INDUSTRIAL	11
1.1 Direito Econômico e Política Econômica.....	12
1.2 Definição de Política Industrial.....	21
1.3 Política Industrial e Transmissão do Conhecimento.....	36
1.3.1 A importância da experiência para a indústria	46
1.3.2 As mazelas da caminhada do aprendizado	54
1.3.3 Estado Desenvolvimentista	57
2. CONTEÚDO LOCAL.....	63
2.1 Conjuntura, Constituição e Conteúdo Local	65
2.2 Referências Internacionais	75
2.3 Conteúdo Local na Indústria do Petróleo e Gás Natural	87
BNDES	87
Compras Públicas	104
Petrobrás	118
P&G no Brasil a partir da década de 90	135
2.4 Aplicação de penalidades pela Agência Nacional do Petróleo.....	157
2.5 Órgão de Controle – Tribunal de Contas da União	160
CONCLUSÃO.....	165
BIBLIOGRAFIA	167

INTRODUÇÃO

He dicho Escuela del Sur; porque en realidad nuestro norte es el Sur. No debe de haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte. Igualmente nuestra brújula: se inclina irremisiblemente siempre hacia el Sur, hacia nuestro polo. Los buques, cuando se van de aquí, bajan, no suben, como antes, para irse hacia el norte. Porque el norte ahora está abajo. Y levante, poniéndonos frente a nuestro Sur, esta a nuestra izquierda. Esta rectificación era necesaria; por esto ahora sabemos dónde estamos.¹

O Brasil é um país que se destaca em riquezas minerais. Neste sentido, suas reservas de Petróleo e Gás Natural, especialmente com a descoberta do Pré-Sal, colocam o Brasil entre os maiores países detentores de reservas. A riqueza em recursos minerais, porém, não necessariamente é convertida em riqueza nacional e melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, é necessário grande esforço de conversão das rendas da atividade extrativa para o setor produtivo.

Este trabalho buscará analisar o processo de desenvolvimento do setor produtivo através de uma política industrial denominada Conteúdo Local, ou Política de Conteúdo Local. Através dela, as empresas extratoras de recursos minerais são obrigadas a contratar bens e serviços nacionais, como forma de promoção da indústria local e de melhoria da captura dos recursos movimentados pela atividade extrativa. Esta política também é aplicada em outros setores e em outros formatos, como é o caso das Políticas de Compras Públicas, mas é na atividade extrativa que sua aplicação é mais comum, como forma de evitar a desindustrialização que pode ser causada por abundância de divisas e aproveitar de maneira mais sustentável o esgotamento desses recursos.

Com a aplicação ideal da política, empresas locais têm apoio para sua consolidação, bem como empresas estrangeiras são incentivadas a montar plantas em solo nacional, e a formação e desenvolvimento de um setor industrial local (em médio ou longo prazo)

¹ TORRES-GARCÍA, J. *La escuela del Sur*. Lección 20. In: Universalismo constructivo y la escuela del Sur. Washington: Museo de Arte de las Américas, 1996. Grifo nosso.

possibilita que a economia se mantenha estável, mesmo após o esgotamento dos recursos. Além disso, a diversificação do sistema produtivo num país sempre traz maiores condições de aproveitamento e incremento da renda.

A primeira parte do trabalho se dedica a definir brevemente o método utilizado para a pesquisa, o Direito Econômico, para então revisar o debate sobre política industrial. Primeiramente numa perspectiva histórica, e em seguida esquemática, tentamos posicionar o Conteúdo Local dentre as inúmeras possibilidades de políticas de desenvolvimento.

Entre os elementos do Conteúdo Local destaca-se a necessidade da aprendizagem e da experiência na formação ou desenvolvimento de uma indústria, motivo pelo qual, como forma de provocação, trouxemos a teoria desenvolvida por Alice Amsden a partir de sua pesquisa sobre industrialização de países subdesenvolvidos. O final do capítulo 1, portanto, se dedica a demonstrar como o desenvolvimento industrial de um país não se dá do dia para a noite, tampouco a transferência de tecnologias estrangeiras é feita de maneira simples: são inúmeras as dificuldades enfrentadas e a experiência é um elemento nada desprezível.

O capítulo 2 se dedica exclusivamente ao Conteúdo Local. Após apresentarmos sua definição, foi feito um panorama conjuntural de sua aplicação, especialmente em relação ao setor de Petróleo e Gás Natural. Neste trecho apontamos vários exemplos nacionais e internacionais de aplicação da política. Em seguida este trecho também apresentou o ordenamento jurídico em torno do Conteúdo Local, especialmente seu enquadramento constitucional no Brasil, onde tentamos demonstrar que a aplicação de política industrial é dever do Estado.

Partindo para a análise setorial, analisamos a atuação de duas importantes instituições, BNDES e Petrobrás, as quais foram responsáveis por inúmeras políticas industriais, dentre elas, o Conteúdo Local em suas exigências de contratos de financiamento e suas políticas de compras, respectivamente. Trouxemos ali inúmeras evidências de que os resultados das políticas dessas duas instituições foram significativos, talvez fundamentais para a existência das indústrias para-petroleira e de bens de produção no Brasil. Há, também, um breve item sobre Compras Públicas, visto que é um dos principais mecanismos de aplicação de políticas de Conteúdo Local.

No item seguinte tratamos especialmente do Conteúdo Local a partir da flexibilização do monopólio estatal sobre o petróleo, na década de 1990. A partir desse período a aplicação de Conteúdo Local passa a ser por meio de exigência contratual nos leilões de licitação para exploração de Petróleo e Gás Natural no território brasileiro,

organizados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP. Veremos então que a política começa tímida (Rodadas 0 a 4 de licitações), se fortalece e ganha reforço de outras políticas setoriais, como o PROMINP, para então, a partir da crise do setor e de dificuldades generalizadas da economia nacional, ser rapidamente desmontada. Destaque, neste ponto, ao fato de que índices acordados como critério para vencer licitações foram redefinidos, em movimento temerário à segurança jurídica dos procedimentos licitatórios.

No decorrer da análise sobre Conteúdo Local no setor de P&G, pós década de 90, descrevemos as principais pesquisas realizadas sobre o tema, além de documentos da ANP de acesso público (como os editais, estudos e pareceres elaborados ou encomendados pela Agência) e, por fim, as aplicações de penalidades por descumprimento das exigências de Conteúdo Local. Neste ponto, parece ter sido demonstrado que a atuação da ANP pouco foi além da aplicação de penalidades, embora sua competência seja também de fomentar o debate, aferir resultados e aprimorar a política como um todo. Veremos também que, ao contrário da fama que ganhou a política, as penalidades não foram desproporcionais, não foram abusivas, nem poderiam ter impedido a atividade empresarial das concessionárias. Por fim, analisamos também a atuação do Tribunal de Contas da União - TCU.

Longe de esgotar o tema, a pesquisa concluiu que a política é uma importante ferramenta para industrialização – tanto de forma geral, como especificamente no setor de P&G no Brasil – e, no contexto de país subdesenvolvido, poderia ter se consolidado como importante motor de crescimento e desenvolvimento tecnológico no Brasil, especialmente a partir do largo aumento da proporção de suas reservas com a descoberta do Pré-Sal. A conclusão também aponta que a política de Conteúdo Local foi desmontada de maneira precipitada, especialmente por haver resultados muito positivos de sua aplicação, que poderiam ser confirmados com mais pesquisa. O ordenamento jurídico brasileiro não só permite a aplicação de Conteúdo Local, como também determina como dever do Estado a aplicação de políticas industriais e de desenvolvimento.

Por fim, é importante ressaltar que em virtude da pandemia de 2020 todas as bibliotecas ficaram fechadas, justamente nos últimos meses da pesquisa. Desta maneira, muitas citações e referências foram retiradas do texto por impossibilidade de consultar as obras no momento de encerramento e revisão dessa dissertação. Mantivemos aquelas cuja citação e referência já haviam sido revistas 6 meses.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho fizemos uma revisão bibliográfica sobre o tema política industrial (como gênero) e Política de Conteúdo Local (como espécie), demonstrando seus principais elementos e dilemas tratados pela literatura. Para a análise de caso, tratamos da aplicação do Conteúdo Local no Brasil no setor de Petróleo e Gás Natural.

Ao longo do percurso, tentamos demonstrar que a aplicação da política de Conteúdo Local é internacionalmente utilizada, inclusive em outros setores. Tratamos também de sua aplicação em Compras Públicas, talvez seu formato mais comum, e descrevemos a atuação histórica do BNDES e da Petrobrás, instituições chave na história da industrialização brasileira.

Sobre a análise setorial, pudemos concluir que a política foi desmontada de maneira precipitada, com poucos fundamentos técnicos, e suprimindo instâncias de diálogo democrático – embora formalmente ainda exista, pode ser considerada inócua, uma vez que os índices de nacionalização em vigor já são contemplados pela indústria nacional. A descoberta do Pré-Sal (e conseqüente expansão das reservas nacionais) reforça a possibilidade de constituição de um pólo internacional de eficiência em serviços e produção de bens da indústria para-petroleira, oportunidade que poderia ser aproveitada com políticas como o Conteúdo Local.

Muitos estudos indicaram resultados positivos e importantes para o setor, mesmo que não tenham sido conclusivos. Ainda há muito espaço para pesquisas sobre o tema, que parece muito longe de estar esgotado.

Sobre a atuação da ANP, parece ser possível afirmar que se limitou à aplicação de penalidades por descumprimento dos índices definidos em contrato, muito embora sua competência também seja de promover o aprimoramento da política como um todo. Na análise de sua atuação, pudemos observar também que as penalidades não foram desproporcionais, não foram abusivas, nem poderiam ter impedido a atividade empresarial das concessionárias, ao contrário do que foi noticiado, e de acordo com as regras assumidas pelas concessionárias ao participar das licitações.

Ao analisarmos a atuação do TCU, entendemos importante ressaltar que políticas industriais, por definição, têm custos. Não haveria a necessidade de incentivar a indústria nacional se ela naturalmente já produzisse a preços inferiores da indústria estrangeira. E

mesmo feita essa ressalva, vimos, por exemplo, na pesquisa da FIESP, que a indústria para-petroleira nacional era competitiva.

Num sentido geral, pudemos conceituar a política de Conteúdo Local e enquadrá-la nos debates sobre política industrial. Demonstramos inúmeros benefícios que a política pode gerar, como a geração de empregos, aumento da média salarial dos trabalhadores, aumento da complexidade das atividades exercidas pela sociedade com conseqüente aumento da possibilidade de ascensão social, a diversificação da economia, a absorção de conhecimentos por derramamentos tecnológicos, o aprimoramento da capacidade tecnológica das empresas, formação de pólos regionais, e etc. Todos esses resultados têm repercussão sobre o desenvolvimento econômico do país, superando os custos envolvidos, e, no caso dos recursos minerais, aumentam a porção retida pelo país da atividade extrativa e possibilitam desenvolvimento econômico sustentável, para depois do esgotamento das reservas.

Por fim, da análise do ordenamento jurídico verifica-se que a implantação de políticas de desenvolvimento industrial não só é permitido como também é dever do Estado Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ACOCELLA, Jéssica; RANGEL, Juliana Cabral Coelho. *O papel regulatório e de fomento das licitações públicas*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, p. 287, dez. 2013.
- ADAMS, F.G.; BOLLINO, A. *Meaning of Industrial Policy*. In: ADAMS, F.G.; KLEIN, L.R. *Industrial policies for growth and competitiveness*. Lexington, Mass.: Lexington Books, 1983.
- ALMEIDA, Edmar; LOSEKANN, Luciano; VITTO, William Adrian; (Grupo de Economia da Energia); BOTELHO TAVARES, Felipe; NUNES, Luciana; COSTA, Felipe; WAEGER, Luiza; (Gerência de Análise Econômica - IBP). *Custos E Benefícios Da Atual Política De Conteúdo Local*. Texto Para Discussão/Cooperação e Pesquisa IBP – UFRJ. Rio de Janeiro: IBP/GEE-UFRJ/IE-UFRJ, 2016. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2017/01/2016_TD_Custos-e-Benef%C3%ADcios-da-Pol%C3%ADtica-Conte%C3%BAdo-Local.pdf>. Acesso em: 19/08/2020.
- ALMEIDA, Mansueto. LIMA-DE-OLIVEIRA, Renato. SCHNEIDER, Ben Ross. *Política Industrial E Empresas Estatais No Brasil: Bndes E Petrobras*. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- ALMEIDA, Raquel Filgueiras de. *Políticas de Conteúdo Local e setor para-petroleiro: uma análise comparativa entre Brasil e Noruega*. Dissertação de Mestrado. 134 p.. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2015. P. 27.
- ALONSO, P. S. R. *Estratégias Corporativas Aplicadas ao Desenvolvimento do Mercado de Bens e Serviços: Uma Nova Abordagem para o Caso da Indústria de Gás Natural no Brasil*. Tese (Doutorado em Engenharia) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- AMSDEN, Alice C. *A Ascensão do Resto: Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ANDREONI, A.; CHANG, H.-J. *The political economy of industrial policy: Structural interdependencies, policy alignment and conflict management*. In: *Structural Change and Economic Dynamics*, n. 48, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0954349X18303369>> Acesso em 18/08/2020.

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. *Avaliação da Competitividade do Fornecedor Nacional com relação aos Principais Bens e Serviços*. Publicação baseada em estudo realizado pela PUC-RJ, intitulado Mecanismos de Estímulo às Empresas Concessionárias de petróleo a adquirirem Equipamentos e serviços do Mercado Nacional. Rio de Janeiro: ANP, 1999.

ARAÚJO, F. R. Panorama internacional dos investimentos em P&D no setor de petróleo e gás natural. In: Projeto CTPETRO/ Tendência Tecnológicas, Rio de Janeiro, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Trad. RIBEIRO, Vera. São Paulo: Editora UNESP/Contraponto, 1996.

ASWICAHYONO, Haryo & NARJOK, Dionisius, 2011. *Indonesian Industrialization*. WIDER Working Paper Series 053, World Institute for Development Economic Research (UNU-WIDER). Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/unu/wpaper/wp2011-53.html>>.

BALDWIN, R. *The case against infant-industry tariff protection*. Journal of Political Economy, [s.l.] v. 77, n. 3, p. 295-305, 1969.

BECOVICI, Gilberto. *O ainda indispensável direito econômico*. In: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELO, Claudineu de. (Orgs.). *Direitos Humanos, Democracia e República: Homenagem a Fábio Konder Comparato*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BERCOVICI, Gilberto. *Ciência e Inovação sob a Constituição de 1988*. Revista dos Tribunais, nº 916, fevereiro de 2012.

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. *Defesa da concorrência e proteção à propriedade intelectual: compatibilização entre a política concorrencial e as demais políticas públicas*. In: BERCOVICI, Gilberto. *Direito Econômico Aplicado: estudos e pareceres*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016

BERCOVICI, Gilberto. *Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. *Direito Econômico e Política Econômica*. Pensar, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 562-588, jul./dez. 2011.

BERCOVICI, Gilberto. *Estado intervencionista e Constituição Social no Brasil*. In: SOUZA NETO; Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo coordenadores. *Vinte anos da Constituição de 1988*. Pp. 725-738. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009. p. 726.

BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: Para uma crítica do constitucionalismo*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BERCOVICI, Gilberto; OCTAVIANI, Alessandro. "Direito e subdesenvolvimento". In: OCTAVIANI, Alessandro. *Estudos, pareceres e votos de direito econômico*. São Paulo: Singular, 2014

BNDES. *A nova metodologia padrão de credenciamento do FINAME*. BNDES. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/53fd78b4-7212-4c54-8500-cefb52216c7c/nota-divulgacao.pdf?MOD=AJPERES&CVID=l-xjnGq>> Acesso em 10.06.2020.

BNDES. Novo Regulamento para o credenciamento de máquinas, equipamentos, sistemas industriais e componentes. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/servicos-online/credenciamento-de-equipamentos/normas-aplicaveis-credenciamento/novo-regulamento-para-o-credenciamento-de-maquinas-equipamentos-sistemas-industriais-e-componentes>>. Acesso em 10.06.2020.

BNDES. Regulamento Geral e Metodologias Específicas.. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/servicos-online/credenciamento-de-equipamentos/normas-aplicaveis>>. Acesso em 10.06.2020.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. (2008). "Existe doença holandesa no Brasil?". *Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo*, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. (2009). "Doença Holandesa e Desindustrialização". *Valor Econômico*, 25 de novembro. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf>. Acesso em 24.03.2020.

CHANDLER Jr., A. D.. *Scale and scope: The Dynamics of Industrial Capitalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

CHANG, Ha Joon. *The political economy of industrial policy*. New York: St. Martin's Press, 1994.

CHANG, Ha-Joon; ANDREONI, Antonio. *Industrial Policy in the 21st Century*. In: *Development And Change*, 51. International Institute of Social Studies. Haia: Institute of Social Studies, 2020, p. 336. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/dech.12570>>. Acesso em: 01/02/2020.

COELHO, José Ricardo Roriz (coordenação). A POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL. Pesquisa realizada pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP. São Paulo: FIESP, 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. *Funções e disfunções do resgate acionário*. In: Direito empresarial: estudos e pareceres. São Paulo: Saraiva, 1995

COMPARATO, Fábio Konder. *O Indispensável Direito Econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 353, mar. 1965, p. 22.

CORDEN, W. *Relationships between macroeconomic and industrial policie*. The World Economy, v. 3, n. 2, p. 167-84, sept. 1980.

CYMBALISTA, Tatiana Matiello; ZAGO, Marina Fontão; RODRIGUES, Fernanda Esbizaro. *O poder de compra estatal e a margem de preferência para produtos e serviços nacionais introduzida na lei de licitações*. In: RDPE. Revista de Direito Público da Economia. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

DEGIT Conference Papers c014_049, DEGIT, Dynamics, Economic Growth, and International Trade. Disponível em <https://ideas.repec.org/p/deg/conpap/c014_049.html>. Vide também Hoffmann, Tan Siew 1980, e Rasiah 1995.

Domestic Requirements and support measure in green sectors: economic and environmental effectiveness and implications for trade. WTI Advisors: Local Content Requirements & the Green Economy. Geneva, 2013. Disponível em: http://unctad.org/meetings/en/Contribution/DITC_TED_13062013_Study_WTI_Summary.pdf. Acesso em: 08/01/2019.

DOSI, G. *Institutions and markets in a dynamic world*. The Manchester School, v. 56, n. 2, p. 119-46, jun. 1988.

DOSI, Giovanni. *The nature of innovative process*. In DOSI, Giovanni; FREEMAN, Chris; NELSON, Richard; SILVERBERG, G.; e SOET, Luc (Ed.). Technical change and economic theory. London: Pinter Publishers, 1998.

EVANS, Peter. 1989. Declining *Hegemony and Assertive Industrialization*: U.S. Brazilian Conflict in the Computer Industry. International Organization 43, 2 (Spring), p. 207-238.

FIORI, José Luís. *Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras: Leitura Política de uma Industrialização Tardia*. In: FIORI, José Luís. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Curitiba: Insight, 1995.

FURTADO, A. T. *Mudança Institucional e Inovação na Indústria Brasileira de Petróleo*. In: Kon, A. e Oliveira, G. (Orgs.). *Pesquisa Industrial Trabalho e Tecnologia*. São Paulo: Editora Fapesp. 2004.

- FURTADO, André Tosi. *Política de compras da indústria de petróleo e gás natural e a capacitação dos fornecedores no Brasil: o mercado de equipamentos para o desenvolvimento de campos marítimos*. CTPETRO – Tendências Tecnológicas. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Tecnologia, 2003.
- FURTADO, André Tosi; SILVA, Cássio G. Ribeiro Soares da. *Uma Análise da Nova Política de Compras da Petrobras para seus Empreendimentos Offshore*. In: Revista Gestão Industrial, v. 02, n. 03: p. 103-122. Ponta Grossa: UTFPR, 2006.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª Ed, 9ª reimpressão. São Paulo: Nacional, 2013.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural*. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, João. *Políticas de Conteúdo Local: A Experiência Brasileira*. IEDI. São Paulo, 2018 do IEDI sobre CL 2018. P. 4. Disponível em: <https://iedi.org.br/media/site/artigos/20180724_as_politicas_de_conteudo_local.pdf>. Acesso em 12.08/2020.
- GALA, Paulo. *Complexidade econômica: Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2017.
- GERSCHENKRON, Alexander. *O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica: e outros ensaios*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- GRAU, Eros Roberto. *Breve Nota sobre o Artigo 171 da Constituição de 1988*. Revista de Informação Legislativa, n. 179, ano 45, Brasília, jul./set. 2008.
- GRAU, Eros Roberto. *O direito posto e o direito pressuposto*. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- GRAU, Eros. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e Crítica)*. 9ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004.
- GROSSMAN, G. The theory of domestic content protection and content preference. Quarterly Journal of Economics, [s.l.], v. 96, p. 583-603, 1981.
- GUIMARÃES, Eduardo A. *Política de conteúdo local na cadeia do petróleo e gás: uma visão sobre a evolução do instrumento e a percepção das empresas investidoras e produtoras de bens*. Brasília: CNI, 2012.

- HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A.; et al.. *The Atlas of Economic Complexity*. Puritan Press: New Hampshire, 2011. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/>>. Acesso em: 01/02/2020.
- ITOH, M.; KYONO, K.; OKUNO-FUGIWARA, M.; SUZUMURA, K. *Economic analysis of industrial policy*. San Diego, CA. Academic Press, 1991.
- JESUS, F. D.; JESUS, F. D.; ROITMAN, T. **Industrial Policy and Local Content: Brazil's Pre-Salt Area Case**. In: Offshore Technology Conference. Rio de Janeiro: Offshore Technology Conference, 2017.
- JOHNSON, Chalmers, ed. *Introduction: the idea of industrial policy*. In *The industrial policy debate*. San Francisco, CA.: ICS Press 1984, p. 8.
- JOHNSON, Chalmers. *Introduction: the idea of industrial policy*. In JOHNSON, Chalmers ed. *The industrial policy debate*. San Francisco, CA.: ICS Press 1984.
- KAGAMI, M. *The role of industrial policy: Japan's experience*. Revista de Economia Política, v.15, n.1, p. 119-33. jan./mar. 1995.
- KRISHNA, Kala; ITOH, Motoshini. *Content Protection and Oligapollistic Interactions*. *The Review of Economic Studies*, Vol. 55, No. 1 (Jan., 1998).
- KRUGMAN, P. *The current case for industrial policy*. In: SALVATORE, D. *Protectionism and world welfare*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993.
- LEE, K. *Schumpeterian Analysis of Economic Catch-up*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. LEE, K. *The Art of Economic Catch-up*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- Lennox Sirjuesingh, presidente de Trinidad Tobago, durante discurso proferido no evento “Advocacy for Local Content Development”, Julho de 2012, Port Harcourt, Nigeria. Disponível em: <http://tandice-bsolutions.com/rokdownloads/nigerian_local_content_summit/Advocacy_for_local_content_development.pdf>. Acesso em: 09/dez/2018.
- LIMA Paulo César Ribeiro. *Pré-Sal, o novo marco legal e a capitalização da Petrobras*. Rio de Janeiro: Synergia, 2011; e BRAGA, Luciana Palmeira. *Pré-Sal – Individualização da produção e contratos internacionais de petróleo*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MACEDO E SILVA, A. C. *Petrobras: a consolidação do monopólio estatal e a empresa privada (1953-1964)*. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia). Campinas: Instituto de Geociências, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

MAGALHÃES, Gildo. “Pandiá Calógeras e as Fontes de Energia na República Velha”. *Intelligere*, Revista de História Intelectual, nº6, p. 53-61. 2018. P. 58. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em: 16.06.2020.

MARINHO, Ilmar Penna. *Petróleo: Soberania e Desenvolvimento*. São Paulo: Edições Bloch, 1970.

MARZANI, Bianca Santos; FURTADO, André Tosi; GUERRA, Sinclair Mallet Guy. *Novo Contexto De Abertura Do Mercado Brasileiro De Petróleo E Os Fornecedores Locais: A Criação Do REPETRO*. 2o CONGRESSO BRASILEIRO DE P&D EM PETRÓLEO & GÁS. ANP. Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, Lea Vidigal. *Direito econômico e superação do subdesenvolvimento: BNDES e planejamento*. 2016. 331 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MILL, J. The collected works of John Stuart Mill, volume II: the principles of political economy with some of their applications to social philosophy. Online Library of Liberty, 1848. ROSENSTEIN-RODAN, P. Notes on the theory of the “big push”. In: ELLIS, H. (org.) *Economic Development for Latin America*. London: Palgrave Macmillan, 1961. HAUSMANN, R.; RODRIK, D. Economic development as self-discovery. *Journal of Development Economics*, [s.l.], v. 72, n. 2, p. 603-633, 2003.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. *A aplicação de fundos compulsórios pelo BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira: 1952 a 1989*. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1994 (Tese de Doutorado).

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. *O BNDES e seus critérios de financiamento industrial: 1952 a 1989*. In: MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; MODENESI, Rui Lyrio. (Org.) *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. p. [413]-430.

NEDER, Vinicius BNDES reduz exigência de conteúdo nacional., O Estado de S. Paulo 05 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-reduz-exigencia-de-conteudo-nacional,70002533202>> Acesso em 10.06.2020.

NEGRI, João Alberto De; *et. al.* (coordenação). *Poder de compra da Petrobras: impactos econômicos nos seus fornecedores*. Brasília: IPEA/Petrobras, 2010. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_poderdecompra.pdf. Acesso em 14/01/2019.

NUSDEO, Fabio. Da política econômica ao direito econômico. 1977. 150 f. Tese (Livres-Docência) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

OCTAVIANI, Alessandro. *Recursos Genéticos e Desenvolvimento: Os desafios fordista e gramsciano*. São Paulo: Saraiva, 2013.

OECD (2016), "New industrial policies", in OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2016, OECD Publishing, Paris. Disponível em: https://doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2016-27-en. Acesso em 23.03.2020.

OXFORD ANALYTICA. *The impact of pre-salt: a long term perspective*. Estudo encomendado à Consultoria Oxford Analytica pela Petrobrás. Maio, 2010, pp. 31-32. Disponível em <http://www.felixpena.com.ar/contenido/negociaciones/anexos/2010-12-OxfordAnalyticaPetrobrasPresalt.pdf>. Acesso em 08/07/2020

PASIN, Jorge Antonio Bozoti. *Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e Perspectivas*. In: Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 9, N. 18, P. 121-148, dez. de 2002, pp. 121-48.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O modelo japonês segundo Barbosa Lima Sobrinho. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 15, n. 3, p. 63-68, June 1975. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901975000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02.06.2020.

PETROBRÁS. *O Petróleo e a Petrobrás*. Serviço de Relações Públicas – SEPURB. Rio de Janeiro: Abril. 1976.

PINTO, Arthur de Rezende; GRIMALDI, Daniel da Silva. *Relatório de avaliação de efetividade*, n. 02, set. 2019: O impacto da Política de Conteúdo Local do BNDES sobre o setor de bens de capital brasileiro. Rio de Janeiro BNDES, 2019. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/19160>. Acesso em 05/06/2020.

POSTHUMA, Anne C. *Autopeças na encruzilhada*. In: ARBIX, Glauco; Zilbovicius, Mauro. *De JK a FHC – A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

PREBISCH, Raúl. *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de Sus Principales Problemas*. In Adolfo CURRIERI (org.). La Obra de Prebisch en la CEPAL, vol. 1, p. 16. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40010/4/prebisch_desarrollo_problemas.pdf. Acesso em 03/07/2020.

QUINTANS, Luiz Cezar P.. *Direito do Petróleo – Conteúdo Local*. Rio de Janeiro: IBP, 2010.

RAMOS, André Tavares. *Direito Constitucional Econômico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

REIS, Cristina Fróes de Borja. *Efeitos de encadeamento e diversificação industrial comercial e produtiva: uma análise da Indonésia, Malásia e Tailândia entre 1980 e 2010*. Econ. soc., Campinas, v. 25, n. 1, p. 51-85, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182016000100051&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27/04/2020.

SAVIOLI, Anna Beatriz. *Licitações como instrumento do fomento estatal*. Dissertação de Mestrado. P. 257. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

SCHUTTE, Giorgio Romano. *A política neodesenvolvimentista e seu desmonte no caso de Petróleo & Gás 2003-2017*. Texto para Discussão. Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia e Sustentabilidade. São Paulo: UFABC, 2018. Disponível em: <<http://needds.ufabc.edu.br/index.php/publicacoes/119-textos-para-discussao-n-01-2018-a-politica-neodesenvolvimentista-e-seu-desmonte-no-caso-de-petroleo-gas-2003-2017>>.

Acesso em: 01/02/2019.

SCHUTTE, Giorgio Romano. *Petrobras em marcha forçada*. Textos para Discussão/Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia e Sustentabilidade. 001/2016. São Paulo: UFABC, 2016. Disponível em: <http://needds.ufabc.edu.br/images/pdf/Textos_para_Discussao-NEEDDS_001_de_2016.pdf.pdf>. Acesso em 19/08/2020.

SENADO FEDERAL. Relatório da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado: 2017 - Conteúdo Local Nos Setores De Petróleo E Gás Natural, Telecomunicações, Defesa E Transportes. Relator: Senador Lindbergh Farias. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/d8ae46a5-255a-431a-b4ca-1e218962e4cf>>. Acesso em 06/06/2019.

SHAPIRO, Mário Gomes, *Política Industrial, Direito e Desenvolvimento: Razões Econômicas, Experiências Institucionais e Racionalidades Regulatórias*, in Direito Econômico: Direito Econômico e Regulatório. GVLaw. Coordenador Mário Gomes Schapiro – São Paulo: Saraiva, 2010 (Série GV-law).

SILVA, Cássio Garcia Ribeiro Soares da. *Compras Governamentais e Aprendizagem Tecnológica: Uma análise da política de Compras da Petrobras para seus empreendimentos offshore*. Tese de Doutorado. UNICAMP. CAMPINAS – SÃO PAULO. 2009. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/287515/1/Silva_CassioGarciaRibeiroSoaresda_D.pdf> Acesso em 24.06.2020.

SILVA, Danilo Tavares da. *As políticas de inovação tecnológica, conteúdo local e financiamento público nos setores desestatizados*. 2014, p. 134-135. Tese (Doutorado) - Curso de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVEIRA, I. BNDES 50 anos – histórias setoriais: o setor de bens de capital. Rio de Janeiro: BNDES, 2002

SNF, RF & K&A. Enhancement of Local Content in the Upstream Oil and Gas Industry in Nigéria – A Comprehensive and Viable Policy Approach, Bergen/Stavanger/Lagos, 2003, SNF Report nº 25/03.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras linhas de direito econômico. 3ª ed., São Paulo: LTr, 1994.

SQUEFF, Flávia de Holanda Schmidt. *O Poder de Compras Governamental como Instrumento de Desenvolvimento Tecnológico: Análise do Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2421/1/TD_1922.pdf>. Acesso em 08/08/2020.

SUNDFELD, Carlos Ari; CAMPOS, Rodrigo Pinto de. Incentivo à inovação tecnológica nas contratações governamentais: um panorama realista quanto à segurança jurídica. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 5, n. 60, dez. 2006, p.1.

SUZIGAN, Wilson e VILLELA, Annibal V. *Industrial Policy in Brazil*. Instituto de Economia da Universidade de Campinas - UNICAMP. Campinas: UNICAMP-IE, 1997.

TORDO, Silvana; WARNER, Michael; MANZANO, Osmel; ANOUTI, Yahya. *Local content policies in the Oil and Gas sector*. Washington: World Bank, 2013. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/549241468326687019/pdf/789940REVISED000Box377371B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em 08/jan/2019.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. *O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana*. In: José Luís FIORI (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

TORRES-GARCÍA, J. La escuela del Sur. Lección 20. In: Universalismo constructivo y la escuela del Sur. Washington: Museo de Arte de las Américas, 1996.

TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (Orgs). *The new Law and economic development – a critical appraisal*. EUA: Cambridge University Press, 2006.

UNCTAD. *Local Content Requirements and The Green Economy*. Geneva: UNCTAD, 2014. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcted2013d7_en.pdf>. Acesso em: 08/jan/2019.

Vanni Pettinà. *Adapting to the new world: Mexico's International Strategy of Economic Development at the outset of the Cold War, 1946-1952*. Disponível em: <<http://cultureandhistory.revistas.csic.es/index.php/cultureandhistory/rt/prINTERfriendly/67/246#S2>>

VARGAS, Getúlio. Mensagem ao Congresso Nacional no 39, de 7 de fevereiro de 1952. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1952/view>>. Acesso em 11.08.2020.

VILLELA, Annibal Villanova. Empresas do governo como instrumento de política econômica: os sistemas siderbrás, eletrobrás, Petrobrás e telebrás. IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa, nº 747, 1984.

XAVIER, C. *Conteúdo local nas rodadas de licitação da ANP e o papel da Petrobras: evidências recentes*. Radar, Brasília, n. 8, 2010. pp.. 9 a 25. Disponível em: <<http://goo.gl/htTxC4>>. Acesso em 18/06/2019.

XAVIER, C. *Conteúdo local nas rodadas de licitação da ANP e o papel da Petrobras*. Ob. cit.

XAVIER, Carlos. *Políticas de conteúdo local para o setor petrolífero brasileiro: Aumentando o impacto econômico dos recursos minerais*. In: Poder de Compra da Petrobras: Impactos Econômicos nos seus Fornecedores - volume 02 Ipea e Petrobras / Brasília, 2011.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*, trad. Leila Natele e outros, 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.